Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão

CLIPPING IMPRESSO

18/01/2018

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS
   1.1. CENTRAL DE INQUÉRITOS..... 1 - 2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   2.1. VARA CRIMINAL..... 3
3. JORNAL EXTRA
   3.1. CENTRAL DE INQUÉRITOS..... 4
   3.2. JUÍZES..... 5 - 6
   3.3. PRESIDÊNCIA..... 7
4. JORNAL O DEBATE
   4.1. PRESIDÊNCIA..... 8
5. JORNAL O IMPARCIAL
   5.1. CENTRAL DE INQUÉRITOS..... 9 - 10
   5.2. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS..... 11 - 13
6. JORNAL O PROGRESSO
   6.1. POSSE..... 14
   6.2. VARA CRIMINAL..... 15
7. JORNAL PEQUENO
   7.1. CENTRAL DE INQUÉRITOS..... 16
   7.2. DIRETORIA..... 17 - 18
   7.3. JUIZADOS ESPECIAIS..... 19 - 21
   7.4. JUÍZES..... 22
   7.5. POSSE..... 23
   7.6. PRESIDÊNCIA..... 24
   7.7. VARA CRIMINAL..... 25

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Preso suspeito de matar companheira na Matinha

PÁGINA 8

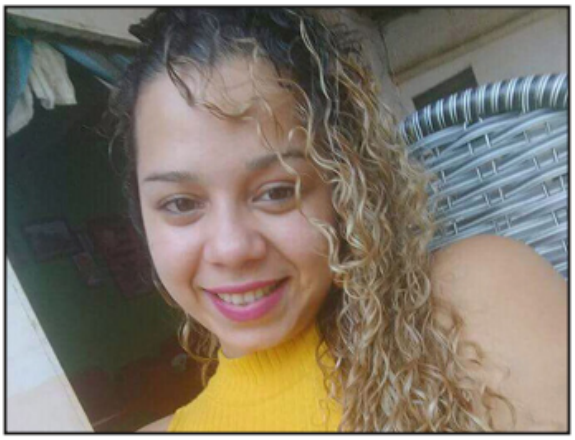
Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

NA CADEIA

Preso suspeito de matar companheira na Matinha

A Polícia Civil do Maranhão, por meio da Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP), realizou ontem (17) a prisão de Valmir Carvalho Ramos, principal suspeito de assassinar Nathalia Costa Oliveira.

Segundo a polícia, Valmir Carvalho mantinha um relacionamento amoroso com a vítima e, na madrugada de 1º de outubro de 2017, assassinou a jovem na Estrada da Mata, bairro Matinha, em São José de Ribamar.



O supeito, Valmir Carvalho, e a vítima, Nathalia Costa

investigação está sendo realizada pela equipe do Departamento de Feminicídio do Maranhão que deu cumprimento ao mandado de prisão temporária expedido pelo juiz da Central de Inquéritos, Dr. Flávio Roberto Ribeiro Soares, após representação feita pela Delegada Viviane Azambuja, chefe do Departamento.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

ESTADO MAIOR

Produtividade

O Judiciário do Estado do Maranhão realizou 897 sessões do Tribunal de Júri em 2017, o que corresponde a um aumento de 19,7% em relação às sessões realizadas em 2016 para julgamento de crimes dolosos contra a vida.

No último mês de novembro, Mês Nacional do Júri instituído pela Portaria nº 69/2017 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foram realizadas 180 sessões em todo o estado.

Ao longo do último ano, vários acusados por crimes de homicídio que repercutiram na sociedade foram submetidos a Júri Popular.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Preso suspeito de matar companheira no bairro da Matinha

A Polícia Civil do Maranhão, por meio da Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP), realizou nesta quarta-feira (17) a prisão de Valmir Carvalho Ramos, principal suspeito de assassinar Nathalia Costa Oliveira.

Segundo a polícia, Valmir Carvalho mantinha um relacionamento amoroso com a vítima e, na madrugada de 1º de outubro de 2017, assassinou a jovem na Estrada da Mata, bairro Matinha, em São José de Ribamar.

Investigação está sendo realizada pela equipe do Departamento de Feminicídio do Maranhão que deu cumprimento ao mandado de prisão temporária expedido pelo juiz da Central de Inquéritos, Dr. Flávio Roberto Ribeiro Soares, após representação feita pela delegada Viviane Azambuja, chefe do Departamento.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Cemar indenizará beneficiário do Viva Luz que teve energia "cortada"

PÁGINA 5

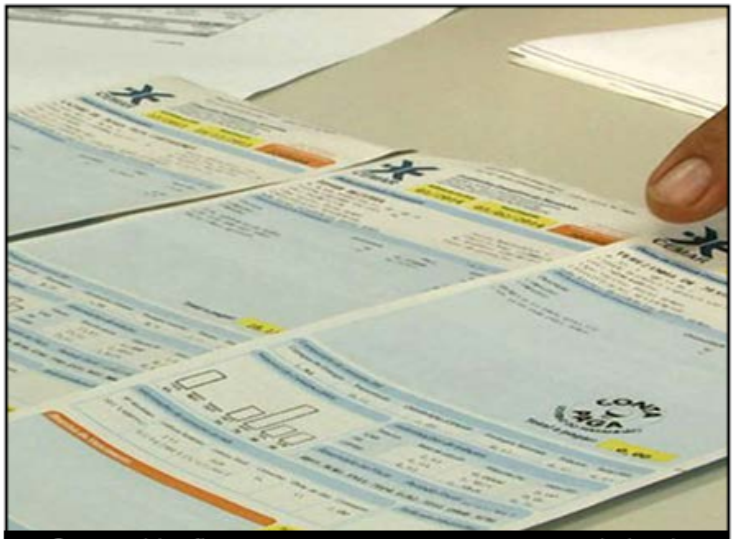
Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

CURTO-CIRCUITO SOCIAL

Cemar indenizará beneficiário do Viva Luz que teve energia "cortada" com conta paga

Um beneficiário do programa estadual Viva Luz que teve a energia suspensa e recebeu cobrança indevida deverá ser indenizado em R$ 4 mil pela Companhia Energética do Maranhão (Cemar). Este foi o entendimento de uma sentença proferida pelo Judiciário em Santa Luzia do Paruá, assinada pelo juiz titular da comarca, Rodrigo Costa Nina, que também determinou a desconstituição de Termo de Confissão de Dívida assinado pelo cliente.

O autor ressaltou na ação que é titular da unidade consumidora de energia elétrica, da qual todas as faturas de consumo se adequavam ao Programa Estadual 'Viva Luz', motivo pelo qual eram emitidas com o selo 'CONTA PAGA', bem como com valor de cobrança nulo (zero). No entanto, informou que teve a suspensão de energia em seu imóvel decorrente de débito existente em todo o período subsidiado pelo referido programa e que, para reaver os serviços foi obrigado a assinar Termo de Confissão de Dívida. Ele pleiteou a desconstituição do débito com a consequente reparação pelos danos morais sofridos em decorrência da suspensão indevida dos serviços da Cemar.



Consumidor ficou nas escuras mesmo com o carimbo de 'conta paga'

De outro lado, a empresa alegou exercício regular de direito, pedindo a improcedência do pedido por ausência de ato ilícito e de demonstração de ser o cliente beneficiário do Programa Viva Luz. "Inicialmente, vê-se que o Programa 'Viva Luz' foi criado pelo Estado do Maranhão com o fim de conceder aos consumidores maranhenses residenciais monofásicos de baixo consumo a isenção do pagamento das contas de energia elétrica, para aqueles usuários com média de consumo até 50 Kwh", explicou o juiz na sentença.

O citado programa visava à quitação integral dos valores relativos ao consumo de energia elétrica, tributos e Contribuição de Iluminação Pública (CIP) para as unidades consumidoras enquadradas nos critérios do Programa (unidades residenciais monofásicas, com NIS - Número de Inscrição Social válido cadastrado, média móvel dos últimos 12 meses de até 50kWh e consumo máximo de 190kWh/mês).

O juiz entendeu que o consumidor que no período de vigência do programa 'Viva Luz' tenha recebido suas faturas de consumo com informação de CONTA PAGA pelo referido programa social do Estado do Maranhão não é responsável por eventual inadimplemento das faturas de consumo por parte do ente Estatal. "Observa-se que o consumidor é a parte hipossuficiente da relação e, nesse contexto, vê-se que a empresa concessionária de energia elétrica lhe atribuiu como usuário de tarifa de baixa renda, sendo certo que a média de seu consumo se adequava aos limites do programa, atraindo a quitação das faturas por meio de subsídio do Estado do Maranhão", ressaltou Nina.

Segundo a sentença, a empresa requerida agiu ilicitamente quando suspendeu o fornecimento de energia elétrica do beneficiário, diante do permissivo de quitação integral do consumo de usuários que se adequavam ao referido programa. "Indevida também a imposição de condição ao consumidor de assinatura de um termo de reconhecimento de dívida para proceder ao restabelecimento de energia elétrica de seu usuário, razão pela qual, entendo que a parte requerida deve ser ressarcida em dobro pelo valor pago indevidamente a esse título e moralmente pela interrupção indevidas dos serviços", concluiu o magistrado na sentença.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Presidente do TJMA recebe candidatos aprovados para juiz substituto

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, recebeu nesta quarta-feira (17) os candidatos aprovados no último concurso público para preenchimento de vagas de Juiz de Direito Substituto do TJMA.

Na ocasião, os aprovados falaram da expectativa de integrarem o quadro de magistrados do Judiciário maranhense. O desembargador José Joaquim fez um breve relato sobre suas providências após assumir a Presidência, entre elas a realização de um estudo financeiro para definir, com segurança, quais medidas devem ser tomadas com o atual orçamento destinado ao Judiciário.

CONCURSO - O último concurso público do TJMA foi lançado em 2 de outubro de 2012, para o preenchimento de 31 vagas e formação de cadastro de reserva para o cargo de Juiz de Direito Substituto de Entrância Inicial, sendo finalizado em 2015.

No ano de 2015, 31 juízes foram nomeados. No biênio 2016/2017, mais 32 aprovados foram convocados e tomaram posse, restando 33 candidatos aprovados a serem chamados na classificação final do concurso.

Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos

Participaram da reunião os aprovados Danilo Berttôve, Mara Pessoa, João Batista, Nivana Guimarães, Gean Saraiva, Flávio Gurgel, Gabriel Caldas e Azarias Alencar.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

BateRebate

CONCURSO

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, recebeu nesta quarta-feira (17) os candidatos aprovados no último concurso público para preenchimento de vagas de Juiz de Direito Substituto do TJMA.

Na ocasião, os aprovados falaram da expectativa de integrarem o quadro de magistrados do Judiciário maranhense. O desembargador José Joaquim fez um breve relato sobre suas providências após assumir a Presidência, entre elas a realização de um estudo financeiro para definir, com segurança, quais medidas devem ser tomadas com o atual orçamento destinado ao Judiciário.

CONCURSO

O último concurso público do TJMA foi lançado em 2 de outubro de 2012, para o preenchimento de 31 vagas e formação de cadastro de reserva para o cargo de Juiz de Direito Substituto de Entrância Inicial, sendo finalizado em 2015.

No ano de 2015, 31 juízes foram nomeados. No biênio 2016/2017, mais 32 aprovados foram convocados e tomaram posse, restando 33 candidatos aprovados a serem chamados na classificação final do concurso.

Participaram da reunião os aprovados Danilo Berttôve, Mara Pessoa, João Batista, Nivana Guimarães, Gean Saraiva, Flávio Gurgel, Gabriel Caldas e Azarias Alencar.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Justiça recebe inquérito do crime de encomenda de Jhonathan

Já foi encaminhada ao Judiciário a peça informativa da polícia sobre o suposto crime de encomenda praticado pelo pistoleiro Jhonathan, que teria sido contratado por Tobias e Chocolate, também presidiários, por R$ 2 mil.

VIDA

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Inquérito do crime de Jhonathan

Já foi encaminhada ao Judiciário a peça informativa da polícia sobre o suposto crime de encomenda praticado pelo pistoleiro Jhonathan, que teria sido contratado por Tobias e Chocolate, também presidiários, por R$ 2 mil

Foi enviado ao Judiciário o inquérito policial sobre o assassinato do líder de uma facção criminosa que atua na região metropolitana de São Luís, Alan Kardec Dias Mota, de 31 anos, porém, novas investigações serão realizadas e outras pessoas devem ser ouvidas na 12ª Delegacia Distrital. Uma delas é o presidiário Tobias Pereira Oliveira, suspeito de ser um dos mandantes do assassinato. O outro suspeito de mandante seria o detento Reinaldo Costa, conhecido como "Chocolate", do Bairro de Fátima.

"Como o principal suspeito está preso, e até mesmo por ter cometido outro assassinato, então, a polícia tem o prazo de 10 dias para enviar o inquérito ao Judiciário", explicou o delegado Luigi Conde, titular do 12º Distrito Policial, que está coordenando o trabalho de investigação da morte de Alan Kardec. Ainda segundo as informações do delegado, a polícia já ouviu os familiares da vítima e os internos do pavilhão da UPSL-4, assim como Jhonathan Silva.

O delegado contou que, nesta semana, serão realizadas investigações complementares que devem sanar algumas lacunas deixadas. A polícia vai ouvir Tobias Pereira Oliveira, que, segundo os familiares da vítima, teria ordenado, junto com Reinaldo Costa, o assassinato de Alan Kardec. Reinaldo já teria prestado declarações à polícia, mas não deu muitas informações sobre o caso. O delegado informou que os familiares da vítima declaram que esses dois presidiários teriam contratado Jhonathan Silva por R$ 2 mil para que ele praticasse o crime. (DC)

> Como o principal suspeito está preso, e até mesmo por ter cometido outro assassinato, então, a polícia tem o prazo de 10 dias para enviar o inquérito ao Judiciário
>
> **Luigi Conde,** delegado

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Cartórios alertam que "golpe do protesto" está mais comum

VIDA

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

MARANHÃO

Cartórios alertam que "golpe do protesto" está mais comum

Notificações falsas estariam chegando aos devedores por correspondências, telefonemas ou através de e-mails. Essas notificações, praticadas por estelionatários, utilizam dados pessoais e verdadeiros do devedor, copiados de editais publicados legalmente pelos cartórios na imprensa local, e oferecem vantagens aos devedores na quitação dos débitos existentes. Nesse caso, se o pagamento for feito, o envio do título de quitação não se concretiza. O prejuízo nesses casos é em dobro, já que depois a vítima precisa quitar a dívida com a pessoa ou a empresa que está devendo.

A Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Maranhão (CGJ-MA) orienta aos portadores de títulos protestados nos cartórios que, recebendo qualquer notificação ou cobrança, não efetuem depósito ou pagamento antes de verificar a legitimidade do documento.

Denúncias que notificações falsas estariam chegando aos devedores surgem a todo o momento na Corregedoria Geral da Justiça. Segundo Christian Carvalho, tabelião substituto do 2º Tabelionato de Protesto de Títulos de São Luís, o fraudador confecciona essa intimação com a intenção de oferecer alguma vantagem ao devedor, e, se passando por um Cartório, oferece a proposta de que, se ele fizer o pagamento no valor oferecido em uma determinada conta bancária, que não é verdadeiramente de Cartório, o devedor terá seu título de protesto quitado, o que não acontece. A CGJ-MA orienta que é importante checar todas as informações ao receber uma notificação. Como, por exemplo, verificar o cartório competente, o endereço e a conta bancária que estão sendo informados.

Christian Carvalho esclarece ainda que os cartórios nunca fazem cobrança através de telefonemas ou e-mails. O cartório intima o devedor por meio de um mensageiro próprio, carta registrada com aviso de recebimento (AR) e, em caso de não ser localizado, o comunicado é feito através de edital publicado em jornais de grande circulação na cidade.

Busque informações

Para confirmar se uma intimação é falsa, o devedor deve fazer uma consulta gratuita no site: www.pesquisaprotesto.com.br e verificar se o título já foi protestado, bastando informar o CPF ou CNPJ. O site oferece informações sobre existência de protestos em nome do interessado, o cartório onde o título foi registrado, o endereço e o telefone para contato. Com essas informações, o devedor pode conferir a veracidade do documento.

Segundo as regras do Código de Normas da CGJ-MA, a intimação verdadeira deve conter o número do protocolo; nome e endereço do devedor, o número de seu documento de identificação; a espécie por extenso; o número, o valor e o vencimento do título; a circunstância de haver, ou não, aceite; o nome do sacador ou do favorecido e o do representante; o prazo limite para o pagamento; o horário de funcionamento e o endereço do tabelionato.

Caso o devedor caia no "golpe do protesto", o primeiro passo é fazer a denúncia na Delegacia Especializada de Defraudações de São Luís, localizada na Rua do Norte, s/n – Cajazeiras, ou através dos telefones: (98) 3214-8660 ou 3214-8661.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Novos membros da Comissão de Segurança Institucional são empossados no TJMA

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, empossou nessa quarta-feira (17) os novos membros da Comissão Permanente de Segurança do Poder Judiciário. A leitura do termo de posse foi feita pelo diretor-geral do TJMA, Mário Lobão.

O desembargador Raimundo Barros continuará presidindo a Comissão de Segurança Institucional. Também são componentes os juízes Cristiano Simas de Sousa (auxiliar da Presidência), Raimundo Moraes Bogéa (auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça) e Anderson Sobral de Azevedo (representante da Associação dos Magistrados do Maranhão); o tenente-coronel da Polícia Militar, Alexandre Magno de Souza Nunes (diretor de Segurança Institucional do TJ) e a assessora técnica da Assessoria Jurídica da Presidência do Tribunal, Fátima Teixeira de Sousa.

Avanços - O desembargador Raimundo Barros fez um breve relato do planejamento e execução de ações que intensificaram a proteção de servidores, magistrados e jurisdicionados, em fóruns e prédios do Judiciário maranhense em todo o Estado, ao longo de 2016 e 2017.

O magistrado ressaltou que os investimentos demonstram o avanço conquistado na área de Segurança Institucional, reconhecido nacionalmente pelo Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário, instituído pela Resolução nº 176/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

"O Judiciário adquiriu e instalou portais detectores de metal; videomonitoramento; sistema de controle de acesso de visitantes; equipamentos de Raio-X; cofres para armazenamento de armas; aquisição de coletes a prova de balas e carros blindados, além de cursos de segurança para magistrados. Todas as ações foram desenvolvidas com orientações da Comissão de Segurança Institucional e Diretoria de Segurança Institucional", enfatizou Raimundo Barros.

Dados da Diretoria de Segurança Institucional indicam que 42 fóruns do Maranhão já possuem pórticos detectores de metais e equipamentos de videomonitoramento.

"São medidas que, conforme orientações do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão e do corregedor-geral da Justiça, serão estendidas para as demais unidades judiciais durante o biênio 2018/2019", afirmou o diretor de Segurança Institucional do TJMA, tenente-coronel Alexandre Magno, ao anunciar que uma reunião de planejamento ocorrerá no próximo dia 26 de janeiro. ***(Andréa Colins - Asscom TJMA)***

Ribamar Pinheiro

A cerimônia de posse ocorreu no gabinete da Presidência

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

PRODUTIVIDADE

Julgamento de crimes dolosos contra a vida cresceu 20% no Maranhão em 2017

O Judiciário do Estado do Maranhão realizou 897 sessões do Tribunal de Júri em 2017, o que corresponde a um aumento de 19,7% em relação às sessões realizadas em 2016 para julgamento de crimes dolosos contra a vida. No último mês de novembro, Mês Nacional do Júri instituído pela Portaria n.º 69/2017 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foram realizadas 180 sessões em todo o Estado.

Ao longo do último ano, vários acusados por crimes de homicídio que repercutiram na sociedade foram submetidos a Júri Popular. Na capital, por exemplo, foram julgados os acusados pelos assassinatos do advogado Brunno Matos; do auditor fiscal José de Jesus Saraiva; do policial civil Cristiano Azevedo da Mota; do integrante da Associação dos Travestis e Transexuais do Maranhão, Daniel da Conceição; e pelo sequestro e morte do ex-prefeito de Poção de Pedras (MA), Raimundo Mota da Silva.

Já no interior, teve destaque o caso do réu Jucílio Leitão de Sousa, julgado na Comarca de Pedreiras e condenado a 34 anos de reclusão pela morte de um casal, crime ocorrido no município de Trizidela do Vale, entre outros.

Segundo a juíza Kariny Bogéa, responsável pelo Planejamento Estratégico da CGJ-MA, o aumento na operosidade demonstra o compromisso da Justiça em dar efetividade às normas legais e oferecer à sociedade uma resposta no combate ao crime. "O crescimento de 20% no número de sessões realizadas representa o engajamento dos juízes maranhenses na busca pelo cumprimento dos metas fixadas pelo CNJ", pontuou a juíza auxiliar da Corregedoria.

Segundo o corregedor-geral, desembargador Marcelo Carvalho, durante a atual gestão, tanto a Corregedoria quanto o TJMA planejam investir e adotar medidas para garantir uma efetividade ainda maior da prestação jurisdicional à sociedade. "Aperfeiçoando as condições de trabalho de magistrados e servidores, certamente elevaremos os dados atuais ao final deste ano", analisou.

Polos judiciais - O Polo Judicial de São Luís, composto de 16 comarcas, realizou 403 sessões de Júri, seguido do Polo Judicial de Pinheiro, com 20 comarcas, que realizou 120 sessões no ano. Já o Polo Judicial de Bacabal, que reúne 27 comarcas, realizou 119 julgamentos, seguido dos polos Judiciais de Caxias (10 comarcas) com 99 sessões, e Imperatriz (18 comarcas), com 96 julgamentos no ano. O Polo de Chapadinha (9 comarcas) aparece em seguida com 34 júris efetivados, e São João dos Patos (14 comarcas), com 26 júris realizados em 2017.

Júri Popular - Instituído no Brasil em 1822 e previsto na Constituição Federal, o Tribunal do Júri é competente para julgar crimes dolosos contra a vida. Cabe a um colegiado formado por sete pessoas da comunidade - os jurados sorteados para compor o Conselho de Sentença - declarar se o crime em questão aconteceu e se o réu é culpado ou inocente. Dessa forma, o magistrado decide de acordo com a vontade popular, profere a sentença e fixa a pena, em caso de condenação. **(Márcio Rodrigo - Asscom CGJ)**

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Capturado autor de feminicídio ocorrido em outubro de 2017

Em cumprimento a mandado de prisão temporária, decretado pela Central de Inquéritos de São Luís, a Polícia Civil, por intermédio da Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP), capturou Valmir Carvalho Ramos, na manhã dessa quarta-feira (17). Este homem, segundo os investigadores, matou uma mulher, com quem tinha um relacionamento amoroso, em outubro de 2017.

O crime teve como vítima Nathalia Costa Oliveira, sendo que ela foi assassinada no dia 1º de outubro do ano passado, na Estrada da Mata, no bairro Matinha, em São José de Ribamar, na região metropolitana da capital maranhense. A prisão temporária de Valmir foi expedida pelo juiz Flávio Roberto Ribeiro Soares, da Central de Inquéritos, a partir de representação feita pela delegada Viviane Azambuja, titular do Departamento de Feminicídio da SHPP. (NM)

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Flávio Dino recebe mesa diretora do Tribunal de Justiça do Estado

PÁG. 3 [C1]

DIVULGAÇÃO

Governador recebeu o presidente e o vice-presidente do TJMA, além do corregedor-geral de Justiça, Marcelo Carvalho

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Flávio Dino recebe mesa diretora do Tribunal de Justiça do Estado

NAEL REIS

Governador recebeu o presidente e o vice-presidente do TJMA, além do corregedor-geral de Justiça, Marcelo Carvalho

O governador Flávio Dino recebeu nesta quarta-feira (17), no Palácio dos Leões, os desembargadores José Joaquim Figueiredo dos Anjos, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), o vice-presidente Lourival de Jesus Serejo, além do corregedor-geral da Justiça, Marcelo Carvalho Silva.

Os desembargadores compõem a mesa diretora que comandará o órgão neste e no próximo ano e a reunião foi a primeira oficial após a posse realizada em dezembro de 2017.

O desembargador José Joaquim, presidente do TJ-MA, destacou a relevância do diálogo entre os poderes, e o caráter legal dessa aproximação. "Nós viemos reiterar com o governador exatamente o que diz a Constituição, reiterar a harmonia, a independência dos poderes, e, mais uma vez, ele se mostrou muito afável com o Judiciário, e fico muito grato como presidente do Tribunal", declarou.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

À beira do colapso

Falta de funcionários e agências sucateadas comprometem o trabalho dos Correios no Maranhão

Pata atender todo o estado, segundo sindicato dos servidores, seria necessário empregar mais 300 carteiros. Porém, as contratações não estariam acontecendo desde 2011, quando foi realizado o último concurso

LUCIENE VIEIRA

Responsável pela entrega de encomendas em todo o território brasileiro, os Correios está em situação deplorável em todo o país; e, principalmente, no Maranhão. No estado, agências sucateadas, além das que estão sendo fechadas; falta de um sistema integrado de segurança, obstáculos financeiros e um quadro de funcionários insuficiente são problemas comuns às unidades da estatal. A empresa, cujo serviço prestado já foi símbolo de eficiência, está colocando sua credibilidade em risco; e o Maranhão, em um futuro próximo, pode sofrer um "apagão postal". O alerta é do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos (Sintect-MA).

De acordo com o presidente do Sintect-MA, Márcio Martins, no ano de 2017, o Maranhão perdeu uma agência dos Correios localizada no bairro Pequiá, em Açailândia. E, ainda no ano passado, há quase um mês, o museu dos Correios, que ficava no mesmo prédio da agência central dos Correios, na Praça João Lisboa, deixou de existir. O museu, segundo Márcio, foi fechado pelo governo federal devido à sua "inutilidade" financeira.

"O museu, que também era denominado de Agência Filatélica, onde era feito a venda de selos para colecionadores, para o governo federal estava sendo inútil, pois, não gerava lucros", informou Márcio Martins, ao complementar que, no Anjo da Guarda, o bairro perderá sua única opção de serviços dos Correios, uma vez que a agência daquela comunidade também deverá ser fechada.

Ao todo, conforme o presidente do Sintect-MA, existem 210 agências dos Correios no Maranhão, sendo 16 unidades na região metropolitana de São Luís. Márcio Martins informou que a maioria dessas agências permanece sucateada. Em algumas delas, conforme o sindicalista, está faltando até material de expediente, como liga, fita, grampo e cola.

Enquanto citava a lista de itens que sumiram das mesas dos guichês de atendimento, Márcio recordou a paralisação do Centro de Distribuição dos Correios, localizado no bairro do Renascença. O motivo teria sido a falta de aparelhos de ar condicionado. "Ficamos, do dia 11 ao dia 15 de dezembro de 2017, de braços cruzados na unidade do Renascença. Após esses cinco dias úteis, a categoria teve a reivindicação atendida. Ou a gente fazia a paralisação, ou, é possível que até hoje estaríamos trabalhando no calor", declarou Márcio Martins.

Já o quadro de funcionários, para o sindicato, é insuficiente. Conforme dados repassados pelo Sintect-MA, existem apenas 1.200 trabalhadores nos Correios da Grande Ilha, e 800 no interior do Maranhão. "Só de carteiros em todo o Maranhão faltam, no mínimo, cerca de 300 concursados para essa tarefa. Aqui mesmo em São Luís, tem agências que faltam 20 carteiros por unidade", informou Márcio Martins.

ATRASOS NA ENTREGA

O presidente do Sintect garantiu que a falta de funcionários tem provocado atraso na entrega de cartas e encomendas dos Correios do Maranhão. Um carteiro, que não quis se identificar, afirmou ao **Jornal Pequeno** que completa, nessa sexta-feira (19), 25 anos de serviços prestados aos Correios. E, com 46 de idade completos, disse já ter passado por várias fases e mudanças dentro da estatal, mas, que nunca viveu momentos tão críticos na sua profissão como os atuais.

"Eu caminho de 8 a 10 quilômetros por dia, entregando encomendas, em casas, estabelecimentos comerciais e órgãos públicos. Tenho feito o trabalho de dois carteiros, sendo que sou apenas um. A política está engolindo a empresa, o governo federal está nos 'matado na unha', e, devido a tanto descaso, as correspondências já chegam atrasadas nas agências, quem dirá na casa do destinatário", reclamou o carteiro.

Outro problema para a entrega de mercadorias por meio do PAC e do Sedex, segundo o presidente do Sindicado dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos, seria a falta de contratos por meio de licitações das Linhas Terrestres Regionais, que são empresas cadastradas nos Correios, que terceirizam o transporte de correspondências da capital do Maranhão, para os municípios do interior do estado. "Em resumo, a falta de investimento, de manutenção das estruturas agências, e de concurso público são os nossos três principais problemas", disse Márcio Martins.

CONCURSO PÚBLICO

De acordo com Márcio, os Correios não contratam funcionários concursados desde

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

2011, quando foi realizado o último concurso. Durante esse período, o serviço aumentou por causa das vendas na internet. Teria triplicado a quantidade de encomendas. E mesmo com a internet, tem boleto bancário, futura, entre outros serviços prestados pela empresa. Segundo o presidente do Sintect, em 2013, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos ingressou no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília, com uma ação contra a estatal, devido os aprovados da lista de excedentes do concurso de 2011 não terem sido chamados, mesmo existindo vagas ociosas na empresa. Márcio Martins disse que até hoje o processo rola na esfera jurídica, mas, apesar de dois avanços em prol dos trabalhadores, nenhuma "martelada" final ainda foi dada.

A ENCOMENDA QUE NÃO CHEGA

Se as pessoas que usam os correios esporadicamente estão sentindo na pele os problemas, os prejuízos são ainda maiores para os que dependem do serviço para trabalhar. É o caso de José Ribamar Rodrigues de Araújo, que tem uma loja de roupas e calçados. Ele encomenda as mercadorias de sua loja pela internet, e os pedidos são enviados via Correios.

Nos últimos anos, segundo José de Ribamar, as encomendas estão demorando cerca de 38 dias para serem entregues na loja. "Se não bastasse a demora, em alguns casos, os meus pedidos são extraviados, o que me gera uma dor de cabeça ainda maior", disse José.

Para cobrar mais agilidade, Carla Azevedo, que vende produtos pelo site OLX para o Brasil todo e ultimamente seus clientes tem reclamado de os Correios fazerem a entrega dos pedidos depois do prazo, chegou a procurar o Juizado Especial de Pequenas Causas, onde foi informada que deve ir ao juizado federal por tratar-se de um órgão da União.

"Procurei a Justiça porque os problemas de envio de mercadorias pelo correio já estão me causando prejuízos. O prazo de 10 dias úteis não é respeitado. Cheguei a pensar que a encomenda tinha sido extraviada. Isso dá prejuízo, sim; e está me denegrindo. Se a mercadoria não chega, passo a ser chamada de caloteira. Quando o cliente está em São Luís, tenho preferido entregar pessoalmente", reclamou Carla.

Em caso de atrasos, de acordo com o Sintect-MA, os consumidores podem realizar as reclamações pelos telefones 08007257282 ou 08007250100.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Esclarecimentos dos Correios feitos ao Jornal Pequeno

Por meio de sua assessoria de comunicação, a respeito da situação dos Correios no Maranhão, em nota enviada ao Jornal Pequeno, a Superintendência Estadual de Operações dos Correios esclareceu que "é fato público que o país passou, e ainda passa, por uma delicada situação do ponto de vista econômico. E os Correios, como qualquer outra empresa, sentiram seus efeitos em muitos aspectos. Para enfrentar a crise, foi necessário reduzir despesas em diversas áreas. A estatal informou ainda que "diante desse cenário, em 2016, houve um planejamento minucioso e uma reestruturação substancial de toda a estrutura da empresa. Algumas medidas apontadas como necessárias foram a redução de despesas com pessoal e a racionalização da rede de atendimento".

Outro esclarecimento feito pelos Correios, ainda na nota enviada ao JP, foi que "uma das medidas de redução de despesas foi a oferta de Plano de Desligamento Incentivado para empregados que voluntariamente decidam se desligar da empresa em troca de incentivo financeiro. A redução de pessoal está sendo compensada principalmente com a modernização de processos produtivos, que agora exigem menos tempo e recursos humanos para execução". E ainda que "em 2018, está prevista a retomada de investimentos na melhoria da infraestrutura das agências e outras unidades dos Correios, visando sempre a qualidade dos serviços da empresa".

Com relação ao contrato com linhas de transporte, foi informado que "de fato houve uma dificuldade contratual ocasionada pela desistência de uma das empresas contratadas para a região sul do Maranhão. Esse problema foi contornado com a alocação excepcional de veículos próprios dos Correios e empregados efetivos. Um novo contrato está em processo de licitação emergencial. A retomada da linha de transporte regular está prevista para a segunda quinzena de fevereiro".

Sobre o fechamento de agências, os Correios esclareceu que "apenas duas agências do estado foram afetadas. Uma delas é a Agência Filatélica, que funcionava ao lado da Agência Central dos Correios de São Luís. Destinada ao público colecionador de selos e cartões postais, a agência nunca foi um museu, embora abrigasse exposições esporádicas e a exposição permanente com bens históricos dos Correios. As atividades da agência filatélica foram absorvidas pela central.

A outra unidade fechada foi a Agência Pequiá, em Açailândia, por conta de sua proximidade com a agência central do município. Vale lembrar que Açailândia era o único município à exceção de São Luís, Paço do Lumiar e Imperatriz a contar com mais de uma agência própria dos Correios".

Por fim, sobre a questão da segurança, os Correios comunicou que "têm investido prioritariamente nas ações de prevenção e inteligência, em parceria com os órgãos de segurança pública no intuito de evitar as ações criminosas e não somente agir de forma reativa. Estamos instruindo processo de contratação para retomar o número de postos de vigilância em 202 unidades de atendimento, com previsão para conclusão até o final do mês de fevereiro".

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Juiz Anderson Sobral toma posse na Turma Recursal de Caxias

O juiz de direito Anderson Sobral de Azevedo, titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Caxias, tomou posse, nessa quarta-feira (17), como membro titular da Turma Recursal Cível e Criminal com sede em Caxias. O juiz, escolhido para o cargo pelo critério de merecimento durante Sessão Administrativa do Tribunal de Justiça (TJMA) do dia 13 de dezembro de 2017, foi empossado no cargo pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais. O novo membro da turma entrou em exercício no mesmo ato.

A Turma Recursal Cível e Criminal com sede em Caxias é composta pelos juízes José Elismar Marques (Timon), Paulo Roberto Brasil Teles de Menezes (Timon) e Anderson Sobral de Azevedo (Caxias). A unidade é competente para julgar os recursos contra decisões de competência dos juizados especiais oriundas de Caxias, Coelho Neto, Codó, Coroatá, Matões, Parnarama, Peritoró, São Francisco do Maranhão, Timbiras e Timon.

Durante a posse, o juiz Marcelo Libério, coordenador dos Juizados Especiais, pontuou que a Turma Recursal de Caxias, em 2017, julgou 893 processos, quase 100% do acervo recebido ao longo do ano, e finalizou 870 ações no mesmo período.

Os juízes Marcelo Moreira, diretor da Corregedoria; Francisca Galiza, Gladiston Cutrim e Kariny Bogéa, auxiliares da CGJ; e a juíza titular da 1ª Vara da Fazenda Pública da Capital, Luzia Madeiro Neponucena, prestigiaram o ato de posse e exercício.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Novos membros da Comissão de Segurança Institucional são empossados no TJMA

ASCOM/TJMA

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, empossou ontem (17), os novos membros da Comissão Permanente de Segurança do Poder Judiciário.

A leitura do termo de posse foi feita pelo diretor-geral do TJMA, Mário Lobão.

O desembargador Raimundo Barros continuará presidindo a Comissão de Segurança Institucional. Também são componentes os juízes Cristiano Simas de Sousa (auxiliar da Presidência), Raimundo Moraes Bogéa (auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça) e Anderson Sobral de Azevedo (representante da Associação dos Magistrados do Maranhão); o tenente-coronel da Polícia Militar, Alexandre Magno de Souza Nunes (diretor de Segurança Institucional do TJ) e a assessora técnica da Assessoria Jurídica da Presidência do Tribunal, Fátima Teixeira de Sousa.

O desembargador Raimundo Barros fez um breve relato do planejamento e execução de ações que intensificaram a proteção de servidores, magistrados e jurisdicionados, em fóruns e prédios do Judiciário maranhense em todo o Estado, ao longo de 2016 e 2017.

O magistrado ressaltou que os investimentos demonstram o avanço conquistado na área de Segurança Institucional, reconhecido nacionalmente pelo Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário, instituído pela Resolução nº 176/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Dados da Diretoria de Segurança Institucional indicam que 42 fóruns do Maranhão já possuem pórticos detectores de metais e equipamentos de videomonitoramento.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Presidente do TJMA reúne-se com presidente da Famem

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo, reuniu-se ontem (17) com o presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), Cleomar Tema, e com o prefeito de Balsas, Erik Augusto.

Na reunião, foi discutida a cobrança de 5% do Imposto Sobre Serviços (ISS) aos cartórios em Balsas, percentual que seria destinado aos investimentos na infraestrutura do município, que sofreu redução nos repasses federais.

Ficou decidido que a Famem vai oficializar o pleito ao Poder Judiciário para que a questão seja discutida em conjunto com a Corregedoria Geral da Justiça.

Na oportunidade, o prefeito Erik Augusto oficializou convite ao presidente do TJMA para a solenidade alusiva ao centenário de Balsas, que será realizada nos dias 21 e 22 de março deste ano.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Julgamento de crimes dolosos contra a vida cresceu 20% no Maranhão em 2017

O Judiciário do Estado do Maranhão realizou 897 sessões do Tribunal de Júri em 2017, o que corresponde a um aumento de 19,7% em relação às sessões realizadas em 2016 para julgamento de crimes dolosos contra a vida. No último mês de novembro, Mês Nacional do Júri instituído pela Portaria n.º 69/2017 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foram realizadas 180 sessões em todo o Estado.

Ao longo do último ano, vários acusados por crimes de homicídio que repercutiram na sociedade foram submetidos a Júri Popular. Na capital, por exemplo, foram julgados os acusados pelos assassinatos do advogado Brunno Matos; do auditor fiscal José de Jesus Saraiva; do policial civil Cristiano Azevedo da Mota; do integrante da Associação dos Travestis e Transexuais do Maranhão, Daniel da Conceição; e pelo sequestro e morte do ex-prefeito de Poção de Pedras (MA), Raimundo Mota da Silva.

Já no interior, teve destaque o caso do réu Jucílio Leitão de Sousa, julgado na Comarca de Pedreiras e condenado a 34 anos de reclusão pela morte de um casal, crime ocorrido no município de Trizidela do Vale, entre outros. Segundo a juíza Kariny Bogéa, responsável pelo Planejamento Estratégico da CGJ-MA, o aumento na operosidade demonstra o compromisso da Justiça em dar efetividade às normas legais e oferecer à sociedade uma resposta no combate ao crime. "O crescimento de 20% no número de sessões realizadas representa o engajamento dos juízes maranhenses na busca pelo cumprimento das metas fixadas pelo CNJ", pontuou a juíza auxiliar da Corregedoria.

Segundo o corregedor-geral, desembargador Marcelo Carvalho, durante a atual gestão, tanto a Corregedoria quanto o TJMA planejam investir e adotar medidas para garantir uma efetividade ainda maior da prestação jurisdicional à sociedade. "Aperfeiçoando as condições de trabalho de magistrados e servidores, certamente elevaremos os dados atuais ao final desse ano", analisou.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo